

# RAÇA E COLONIALISMO: OUTROS DETERMINANTES DA DESIGUALDADE SOCIAL EM ANGOLA



**DADOS DE ÁFRICA (S)**

ISSN: 2675-7699

Vol. 06 | N°. 11 | Ano 2025

## RACE AND COLONIALISM: OTHER DETERMINANTS OF SOCIAL INEQUALITY IN ANGOLA

---

**RESUMO:** O artigo resulta da pesquisa de dissertação de mestrado que tem como principal objetivo analisar o impacto da desigualdade social provocada pelo processo colonial na sociedade angolana nas diferentes dimensões da comunidade, destacando a importância do debate sobre racismo na comunidade e na mídia. Aponta que, embora o racismo não seja prevalente, ainda afeta a vida das pessoas de pele mais escura. A desigualdade racial é crucial para entender as disparidades socioeconômicas, com grupos minoritários enfrentando mais desafios em relação aos privilegiados. A pesquisa destaca a distribuição desigual de renda e empregos, com minorias mais propensas à pobreza e ao desemprego.

**José R. Jamba Segunda**

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo; Exclusão; Desigualdade Social; Colonização; Angola

---

**ABSTRACT:** The article is the result of master's thesis research whose main objective is to analyze the impact of social inequality caused by the colonial process in Angolan society in the different dimensions of the community, highlighting the importance of the debate on racism in the community and in the media. It points out that although racism is not prevalent, it still affects the lives of people with darker skin. Racial inequality is crucial to understanding socioeconomic disparities, with minority groups facing more challenges relative to the privileged. The research highlights the unequal distribution of income and jobs, with minorities more prone to poverty and unemployment.

### Site/Contato

#### Editores

Euclides Victorino Silva Afonso  
[euclidesafonso96@gmail.com](mailto:euclidesafonso96@gmail.com)

Ivaldo Marciano de França Lima  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Márcio dos Santos Rodrigues  
[marcio.strodrigues@gmail.com](mailto:marcio.strodrigues@gmail.com)

**KEY WORDS:** Racism; Exclusion; Social inequality; Colonization; Angola

## RAÇA E COLONIALISMO: OUTROS DETERMINANTES DA DESIGUALDADE SOCIAL EM ANGOLA

José Rodrigues Jamba Segunda <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A realidade social de Angola, ainda é sublinhado por enormes desigualdades estruturais no que toca a construção social colonial, escravocrata e patriarcalismo, que acaba apresentando ou reproduzindo questões sobre desigualdades sociais, ou de classe, e de gênero e desigualdade étnico-racial, além dos conflitos que acabou contribuindo bastante na cultura da violência, fomentando ódio, antipatia do absolutismo e no mundo do trabalho. As desigualdades existentes vêm se intensificando ainda mais com a emergência do capitalismo. Com esse novo modo de produção e de ordem econômica e social, e a política a pauperização de um vasto número de pessoas, agora com o status de classe trabalhadora, se torna algo recorrente e em constante projeção.

Embora tanto o feudalismo como o capitalismo tenham se originado no contexto europeu, sua compreensão nos permite entender como determinados fenômenos se expressaram e ganharam fôlego na comunidade angolana e não só. Entende-se de que o processo de colonização que ocorreu no séc. XX, trouxe consigo o fenômeno de hierarquização dos grupos, onde uns são caracterizados como subalternos e inferiores e enquanto outros vistos como superiores e detentores de conhecimento e da razão.

Concernente a questão da colonização nos países africanos Mbembe (2014), afirma que:

A colonização exerceu um papel de subjugar e de apagar toda a cultura do colonizado, fazendo com que mudasse sua razão de viver e que também mudasse de razão: É, em parte, graças a sua fantástica capacidade de proliferação e metamorfose que faz estremecer o presente daqueles que escravizou, infiltrando-se até nos seus sonhos, preenchendo seus pesadelos mais medonhos, antes de lhes arrebataram lamentos atroz. Por sua vez, a colonização não passou de uma tecnologia ou de um simples dispositivo, não passou de ambiguidades. Foi também um complexo, uma trama de certezas, umas mais ilusórias do que outras: a força do falso (MBEMBE, 2014, p.19).

O próprio colonialismo pressupõe de que o colonizador, colonizou pela ideia do imaginário diante aos valores dos colonizadores, nesse processo os valores das pessoas

---

<sup>1</sup> Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC-FAED); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (UFRN); e Bacharel em Humanidades, e Bacharel em Relações Internacionais pela mesma universidade, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). [joserodrigues1452@outlook.com](mailto:joserodrigues1452@outlook.com)

dominadas e exploradas passam a ser invisibilizadas, desvalorizadas, e excluídas, na qual acabam sendo tratados como povos sem valores, e sem culturas. A partir da pesquisa teórica em relação à desigualdade e o colonialismo, demonstram duelos centralizados, que retratam a ação histórica de uma comunidade civil, partindo de resistências e enfrentamentos sociais desses povos. A decorrência do sistema do colonizador é compreendida a partir da regeneração das desigualdades históricas, sejam elas de caráter social, étnico-racial e de gênero, numa circunstância a uma modernização tradicionalista, da qual o ponto central é colonial, no que toca as pessoas ou grupos subalternizados, ou dominados. Sendo assim, percebe-se que as relações de dominação e de sujeição, no que tange ao centro e as periferias não se limitam especificamente em aspectos de caráter econômico e político, em ocasião engloba a produção de conhecimento, cultura, e na construção de subjetividade, e a desigualdade.

### **Análise das desigualdades raciais na sociedade angolana**

O racismo na comunidade angolana reflete-se de diversas maneiras na sociedade, e que o país independentemente que a maior parte da população serem negros de tom de pele mais retinta, ainda assim temos indivíduos que se declaram mulatos (claros) e brancos, o racismo é visível até aos dias atuais, embora não ser um assunto muito discutido na comunidade angolana. No entanto, as pessoas que se afirmam mulatos ou brancos têm ocupado cargos de privilégios e de destaques em Angola, sobretudo nos ministérios públicos, nas áreas das finanças e nos bancos, esses indivíduos várias vezes eram indicados entre eles “família em geral” (JAMBA, 2004). Munanga (2004), entende que o racismo significaria sociologicamente uma ideologia que pleiteia a separação das sociedades em gerais (humanidade) com maior aprofundamento nos grupos designados raças contrapostas que têm traços físicos hereditários comuns, que estão diretamente conectados em aspectos psicológicos, morais, intelectuais, fisionomia, essas condições fazem parte em uma equivalência de princípios dissemelhantes, pode-se afirmar que é um sistema naturalmente hierarquizadas, que acaba diminuído subalternizado uma pessoa ou determinados indivíduos.

Munanga (2004, p.8) afirma que o racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos e religiosos, que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. É uma das ações que os brancos adotaram para diminuir outros povos que têm cor de pele diferente a deles, e que se perpetua até na contemporaneidade. Para Quijano (2005), a raça é uma das principais categorias da

modernidade, e que presume a classificação dos territórios e das pessoas, partindo desse olhar a exploração de capital e de produção de riqueza propõe a ideia de categoria como raça, porque vai estruturando o mundo. A partir dessa ideia de que as pessoas e forças de trabalho, são compreendidas como se esses indivíduos não tivessem valor. Sendo que o capitalismo é uma forma de dominação de poder e que pressupõe a exploração de todas as formas de trabalho, quer seja, em trabalho escravo, infantil, doméstica, assalariado ou em trabalho cooperativo, ou mesmo de qualquer outro, em que reflete a dominação.

A situação do racismo é uma temática que está vigente na sociedade luandense, e que o racismo em Luanda muitas vezes ela já parte a partir das filas de espera para obtenção de alguma coisa. A situação do racismo perpassa de diversas dimensões na sociedade. De acordo com a autora, a problemática do racismo está presente em qualquer parte do mundo, e que a sociedade angolana não é uma exceção. É como o caso da corrupção em vários Estados jamais terá fim enquanto existir ser humano na terra (HENRIQUES, 2015). De acordo o Rapper MCK (2011), em uma das suas canções com o título “Na fila do banco”, onde o cantor aborda sobre olhar das questões raciais na comunidade angolana, compreende-se a partir dessa música que o mercado de trabalho em Angola é uma das principais áreas que está colorido, sendo esses espaços ocupados por indivíduos que têm o tom de pele mais clara, em relação a cor da pele mais retinta ganham um salário muito abaixo do salário mínimo estabelecido pelo governo, enquanto os não minoria usufruem de um bom salário e que esse fenômeno se de diversas vezes pela tonalidade do tom de pele, não é sobre ter formação ou não.

Pontuando que é uma situação visível em Angola, no qual vários jovens não são selecionados, admitidos, em vagas que são tradicionalmente ocupadas por indivíduos mestiços, mesmo quando o número dos candidatos for esmagadoramente de indivíduos de pele retinta. E que não necessariamente recai diretamente ao racismo, pelo fato do país ter a sua maior percentagem da população negros retintos, no entanto, Angola não está isento desse assunto, embora seja uma temática pouco discutido ou colocada em debate na sociedade angolana, mais que é manifestado na sociedade sobretudo na exclusão dos jovens no mercado de trabalho. Um dos exemplos verifica-se quando se acessa um banco ou em operadoras de telefonia, dificilmente é visto pessoas de tom de pele mais retinta, e caso haja são em áreas marginalizadas pela comunidade em geral, como empregos na área da segurança e de limpeza. Ou seja, quanto mais retinta for a pele da pessoa, mais excluída tanto no funcionalismo público como nas empresas privadas.

Imagem 1 – Marcha contra o racismo em Angola



Fonte: DW Made for minds – 2021.

Diante o ponto de vista abordado pelo Rapper MCK na sua música “Na fila do banco” concernente a presença do racismo na sociedade angolana, já para o Rapper Yannick Afroman (2010), em uma das suas canções que tem como título “realista” em um dos versos retrata a frase “eu não sou racista sou realista Mwangolé <sup>2</sup> precisa de uma lição de moral para se libertar da escravidão mental” nessa música compreende-se que em Angola uma instituição ou empresa quando se tem indivíduos com tom de cor da pele mais clara é porque o pagamento é melhor e já quando se tem só pessoas de tom de cor escura é porque nessa empresa o pagamento é baixo e nem sequer convém para realizar uma determinada atividade, em que existem locais em que o negro é impedido a não entrar nesse espaço e já o branco pode acessar de qualquer forma, dificilmente é barrado a não fazer parte a este local. Essas exclusões que acontece com as pessoas negras ou indivíduos com o tom da pele mais escura não é necessariamente irmos para Alemanha, Brasil ou mesmo Portugal, conforme realça o cantor, em Angola o próprio negro discrimina o negro igual. E que um dos problemas é vermos a maioria dos negros angolanos em quererem serem brancos ou mestiços, e não é visto um branco quer ser negro, só os negros usam produtos a fim de mudarem seu tom de pele como símbolo de privilégio.

Imagem 2 – O fenômeno do clareamento da Pele em Angola



Fonte: <https://novojornal.co.ao/> 2016

<sup>2</sup> Essa expressão no português angolano significa Angolano, como também podemos referirmos sobre o país.

Concernente a discussão em relação ao não aceitação do tom de pele na sociedade angolana, a imagem acima é do cantor angolano Madruga Yoyo que causou polémica no seio da comunidade quando referiu-se “escuro não” onde o mesmo não se aceita como escuro afirmando que não pode viver o resto da vida com a mesma cor da pele, e acabou vindo ao Brasil a fim de realizar uma cirurgia que o mudasse a sua cor da pele, como vemos diferenças nas imagens, uma a cor de pele mais retinta enquanto a outra imagem mais claro.

De acordo o Novo Jornal (2015, p. 01), cita o Psicólogo angolano Paxi Pedro na época afirma que “são indivíduos que gostam de sofrer. Negam não somente a sua pele como também a sua origem, cultura e identidade. Estamos diante de uma auto-rejeição”. Em contrapartida em consideração Frantz Fanon (2008), em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” o autor aborda essas questões sobre o negro em querer ser branco, embora retrata sobre a realidade do negro antilhano na França, que buscava incansavelmente formas de querer se tornar um branco francês, em que essa tentativa se dá pelo fato do embranquecimento da população negra, no sentido de se juntar ou em relacionar-se diretamente com a população branca, mas que é uma situação que persiste até ao momento nos países que sofreram com a colonização onde o impacto colonial persiste até ao momento sobretudo nos países africanos em que a situação da desigualdade social é muito forte. Portanto, um dos grandes problemas que assola a comunidade angolana está também associado com que Fanon, levanta, mas pensado a partir das desigualdades sociais existente no país, diria que esse fenômeno tem escolha aquém atingir, e que diante a esse contexto os que mais sofrem com essas consequências são os indivíduos de tom de pele escura que moram nos bairros periféricos onde as situações de serviços essenciais são gravíssimas diferente do pessoal que moram nos centros das cidades. Sendo que as crianças, adolescentes e os jovens são os mais atingidos.

Há sítios em que os funcionários são todos clarinhos. Negro é só um ou dois; essa história não é de hoje. Não é preciso ser bom ou ter dom. Em Angola, é mais fácil encontrar um emprego se fores branco ou laton. Estou andando muito no sol, até estou a ficar escuro, possas. Se preocupamos muito com a cor. Isto não é uma questão de política; o próprio negro é que não se dá valor. Há negros que fazem filhos mestiços pensando no seguinte: a cor deles, como é de sorte, quem sabe um dia vai ajudar a família. É difícil ver um laton que tenha uma massa casar com uma dama pobre da minha raça; ou a negra tem, ou é filha do fulano. Pode ser engano, mas a maioria das filhas ou filhos dos negros que têm dinheiro casam-se mais com pulas ou latons; essa história já vem de longe. O mais engraçado é que o negro, quando está a ter um pouco de fama ou dinheiro, só mulata é que é mulher; leva daqui, dali, a se exibir para toda gente lhe ver. “Ché, está com uma latona.” Há negras que só garinam com pulas, e há negros que falam mesmo assim: “eu só gosto de mulatas; é o que eu gosto dele; amor não tem cor; isso é complexo da pele, acredita”. Por isso é que muitos latons

dizem mesmo: a nossa cor facilita. Você é racista. (YANNICK AFROMAN, 2010, s/p., YouTube).

Jamba (2004, p. 1) afirma que “o racismo, para muitos angolanos, passou a ser um assunto altamente sensível e delicado, o que é triste e perigoso. Uma das causas disso reside no facto de que o debate à volta da raça e identidade passou a ser altamente politizado”. Embora o autor apresente esse olhar, é necessário cautela ao discutir questões de racismo e raça em uma sociedade como a angolana, na qual tais pautas raramente são debatidas de forma aberta. Isso ocorre mesmo diante de questionamentos recorrentes sobre o fato de determinados espaços serem majoritariamente ocupados por indivíduos de pele mais clara, enquanto pessoas de pele mais escura aparecem, em geral, nesses mesmos espaços apenas em funções subalternas, como empregados, empregadas ou na área da segurança, entre outros setores específicos. De acordo com Agostinho (2018, p. 7–8), “por exemplo, nas diferentes agências telefônicas e nos balcões de distintos bancos, especificamente na cidade de Luanda, onde resido, é possível notar a desigualdade no número de funcionários com tom de pele escura quando se observa a relação entre cor da pele e os cargos ocupados”.

No que se refere à questão do racismo na sociedade angolana, Henriques (2015) recorre a autores como Katila e Elias Isaac, que estabelecem uma relação entre racismo e pobreza. Esses autores defendem que a pobreza não tem cor e argumentam, a partir dessa premissa, que:

A nossa sociedade é multirracial” e existe “em alguns estratos uma convivência harmoniosa e pacífica”. Mas “nota-se que a maioria da população negra é a população pobre, carenciada, é a população que se encontra numa situação de vulnerabilidade”. Afirma com convicção: “Em Angola a pobreza tem cor, a pobreza tem rosto e temos de começar a olhar para isso e tentar arranjar mecanismos de integrar na sociedade aqueles que são excluídos, porque corremos o risco de criar problemas raciais que não se justificam. A pobreza em Angola é majoritariamente negra (HENRIQUES, 2015, p. 14).

Paulo Carvalho, citado, pela autora Henriques (2017, p.24), menciona que se lembra de uma Angola colonial em que havia separação de raças não só social, mas também espacial. Nas cidades estava o casco urbano, onde viviam os brancos, e os anéis circundantes os musseques<sup>3</sup>, onde viviam os negros”. Indo na mesma linhagem de raciocínio, embora Pinto (2016), aborda de forma diferente, diz que nos musseques de Angola não só morava os negros angolanos mais também brancos portugueses que faziam parte aos grupos de renda baixa, esses que não

---

<sup>3</sup> *Musseque* é um termo derivado da língua local kimbundu, com o significado de “terra vermelha”, utilizado para designar bairros periféricos suburbanizados ou de urbanização progressiva. Esses espaços podem ser classificados como ordenados, passíveis de organização por meio de instrumentos de ordenamento do território, ou como desordenados, de difícil ordenamento em razão de sua ocupação densa e caótica (DAIO, 2020).

conseguiam se enquadrar em relações de priorizado ou de oportunidades da colônia. Ora, compreende-se que a pesar que o caso de racismo é entendido como um assunto que não existe em Angola, mas é retratado as desigualdades sociais de oportunidades que necessita passar por uma correção. É preciso que se tenha equilíbrio na distribuição de empregos para as pessoas ou as suas famílias que sofrem por situação de exclusão, e que é uma temática que muitos veem como algo normal, enquanto nesses locais vemos mais presenças de mestiços.

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Ora, é necessário apontar que o racismo discutido por Foucault (2005) não se refere de modo específico à comunidade negra ou africana, mas incide, de forma mais direta, sobre a comunidade judaica. Ainda assim, a partir da perspectiva do autor, o racismo pode ser compreendido como um dispositivo que incide sobre quaisquer grupos marginalizados em uma sociedade, produzindo processos de exclusão e tornando visível a invisibilidade social de determinados indivíduos. Para Carvalho (2014, p. 37), o racismo “surge a partir da divisão dos seres humanos segundo um suposto critério racial e da sua consequente hierarquização segundo esse mesmo critério”.

De acordo com Muondo e Oliveira (2021), no contexto angolano, as diversidades culturais existentes não deveriam servir de base para desigualdades raciais, uma vez que as culturas constituem elementos fundamentais para a unificação e a consolidação mútua dos povos. A questão racial na sociedade angolana tende a ser apresentada sob um único registro, associado à noção de raça humana, desconsiderando distinções baseadas na cor da pele. Ainda assim, observa-se, tanto no espaço escolar quanto em outros contextos sociais, a presença de comparações entre crianças, adolescentes e jovens, sobretudo no plano socioeconômico, em que alguns provêm de famílias com maior estabilidade financeira, enquanto outros pertencem a famílias em situação de vulnerabilidade. Esse cenário contribui para a produção de percepções de privilégio e desvantagem, favorecendo a emergência de comportamentos discriminatórios.

Agostinho (2022) destaca que não se pode negar a presença, na sociedade angolana, de ideologias sociais enraizadas como herança do processo colonial. Essas ideologias coexistem com a diversidade resultante da miscigenação e das dinâmicas de apropriação cultural, produzindo convicções racistas que afetam, de maneira concreta, as relações sociais, políticas e

culturais em Angola. No que se refere ao racismo no país, o autor propõe uma distinção conceitual relacionada ao colorismo, apontando que, em Angola, é recorrente a negação da existência do racismo, ao mesmo tempo em que se naturaliza o colorismo, entendido como discriminação baseada no tom da pele, fenômeno frequente em sociedades marcadas pela experiência colonial.

Trata-se de situações que afetam diretamente a população negra, uma vez que, em contextos cotidianos, como o acesso a estabelecimentos comerciais, a presença de pessoas brancas tende a gerar atendimento preferencial, relegando o negro a uma posição secundária, salvo nos casos em que este pertença às elites econômicas. O aspecto mais problemático reside no fato de que o privilégio associado à branquitude se manifesta de forma estrutural, não sendo exclusivo do contexto angolano, mas presente em diferentes sociedades.

No que diz respeito ao colorismo em Angola, conforme abordado por Agostinho (2022), o autor afirma que:

No entanto é uma compreensão reducionista sobre a complexidade e abrangência do fenômeno do racismo. Na perspectiva macro, o colorismo realça as discrepâncias entre os sujeitos de pele clara, e seus privilégios no acesso às melhores oportunidades no acesso ao direito e os sujeitos de pele escura que ficam às sombras e precisam dobrar os esforços pois não têm privilégios instituídos socialmente. Então, cuidado com as leituras eurocêntricas, reducionistas e superficiais sobre o fenômeno de racismo. [...] a presença de pessoas negras, cujos traços físicos são mais aceitos pela branquitude, em espaços que ela pretendia manter exclusivamente brancos, provoca a camuflagem do racismo ainda vigente na nossa sociedade (DJOKIC, 2015; apud, AGOSTINHO, 2022, p. 11).

A relação hierárquica entre raças, que ultrapassa as fronteiras estatais, reforça, no presente, uma problemática de alcance global. Trata-se de uma estrutura historicamente constituída a partir de conceitos descontextualizados, como o evolucionismo cultural, inicialmente mobilizados para legitimar a ação colonizadora sobre povos não brancos. Esses conceitos atribuíram protagonismo e liderança àqueles classificados como superiores, ao mesmo tempo em que relegaram outros à condição de inferioridade. O que se observa hoje em países considerados em desenvolvimento deriva desse quadro de “inferioridade racial”, articulado ao déficit econômico produzido pela colonização, consolidando a noção contemporânea de subdesenvolvimento como fenômeno diretamente relacionado à classe e à raça.

No interior da categorização social, o processo de hierarquização constitui elemento central do racismo, uma vez que pressupõe a existência de uma ordem entre categorias construídas a partir de critérios supostamente biológicos, o que sustenta a manutenção das relações de dominação. Fernandes (1978, p. 333–337) observa que os padrões de dominação

racial herdados do passado conferem o monopólio do poder aos círculos dirigentes da chamada “raça branca”, atribuindo-lhe uma condição quase monolítica de raça dominante. A cor permanece como marcador racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente dependência racial e condição social inferior. Mesmo na contemporaneidade, percebe-se a persistência dessa lógica, na qual a população branca tende a ocupar posições privilegiadas em diferentes esferas da sociedade e do mercado de trabalho, enquanto a população negra é frequentemente associada a lugares de subalternidade.

Em diálogo com essa leitura sobre a dominação racial, Munanga (1986, p. 12) afirma que toda diferença entre colonizador e colonizado foi historicamente interpretada em termos de superioridade e inferioridade, compondo um discurso monopolizador da razão, da virtude, da verdade e do próprio ser. Du Bois (2021) ressalta que a violência da escravidão, as ambiguidades da emancipação e as limitações do período da reconstrução produziram impactos profundos nas relações entre brancos e negros. Para o autor, um dos problemas centrais do século XX foi a chamada “linha da cor”, responsável por privilegiar determinados grupos e inferiorizar outros desprovidos de poder. Ao tratar da experiência da escravidão, Du Bois (2021, p. 23) descreve “uma sensação peculiar, essa consciência dupla, essa experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena”. Tal formulação ajuda a compreender processos de não aceitação vividos por sujeitos negros, questão abordada por Fanon (2008) em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, ao analisar como o desprezo imposto por elites racializadas pode levar à negação da própria identidade negra.

No contexto africano, e em particular no caso angolano, Agostinho (2022) argumenta que o colorismo atua como mecanismo de separação social. Indivíduos com tonalidades de pele mais claras e traços associados ao colonizador tendem a dispor de maiores oportunidades em diferentes esferas da vida social, enquanto aqueles de pele mais escura enfrentam obstáculos adicionais e são compelidos a redobrar esforços para alcançar os mesmos objetivos. Essa dinâmica manifesta-se de forma clara no mercado de trabalho angolano, no qual é recorrente a concentração de pessoas de pele mais clara em cargos de destaque, especialmente em bancos, áreas administrativas e lojas de telefonia, ao passo que pessoas de pele mais escura são majoritariamente direcionadas a funções menos valorizadas, como serviços de limpeza e atividades similares.

Dando embasamento à discussão levantada por Agostinho, a autora Henriques (2015), em seu trabalho, cita o fotógrafo Ngoi Salucombo, que destaca que o racismo em Angola se manifesta de diversas maneiras. Ao longo de sua trajetória de vida, ele afirma nunca ter visto um

branco ou mesmo um mulato realizando serviços de limpeza nas calçadas das ruas, o que pode contribuir para que o indivíduo negro se sinta desigual e vivencie situações de discriminação racial. A autora ressalta, ainda, que o fotógrafo Ngoi relatou ter se sentido discriminado em várias ocasiões quando residia em Portugal, sendo uma das situações que mais o intrigava o fato de seus amigos portugueses lhe dizerem com frequência que ele “não parecia angolano”, algo que ele interpreta como uma expressão de racismo.

De acordo com Henriques (2015), os musseques foram criados no período colonial como bairros ou zonas periféricas destinadas a abrigar os angolanos negros, enquanto mestiços, mulatos e brancos residiam majoritariamente no centro da capital. Douglas Wheeler e René Pélissier, em *História de Angola* (2009), citados por Henriques (2015, p. 7), afirmam que “proporcionar as comodidades da vida na Europa à comunidade não era tarefa simples numa colônia falida e parcialmente povoada por condenados”. Esse quadro ajuda a compreender por que a maior parte da população residente nas periferias é composta por pessoas negras de pele mais retinta, resultado direto das práticas de segregação racial do período colonial. Os autores destacam ainda que os condenados eram vistos como pessoas negras que vivenciaram, e continuam a vivenciar, processos de exclusão no interior da sociedade em que estão inseridos, sendo o abastecimento de água, durante séculos, um problema grave.

No entanto, é necessário pontuar que, na sociedade angolana, não se observa a existência de um conflito racial explícito entre angolanos que se identificam como negros, mulatos, mestiços (laton) ou brancos de origem portuguesa.

Isso gera a possibilidade de olharmos para a estrutura social angolana e perceber que a partir da forma como se dão as relações de poder e o “sentimento de superioridade” vemos que apesar de não ser uma sociedade em que as estruturas sociais são determinadas pela presença de diferentes raças, permeia nela o racismo estrutural, enquanto um sistema de relação de poder. Percebemos então que, o racismo é um sistema de relação de poder, é estrutural, fenômeno que determina qual o modelo mais se adequa àquela sociedade e como a sociedade vai estar organizada (política, cultura, educação, religião, grupos étnicos). Então, o racismo se aprimora de maneira permanente, é como um sistema que se instala e vai sugando e se adaptando ao tempo e organização social de cada época, ela faz uma resignificação das relações e interações sociais a partir da sua ideologia. Esse é o marco do (neo)colonialismo (AGOSTINHO, 2022, p. 10).

Agostinho (2022, p. 12) compreende que “o modo como um indivíduo ou grupo se vê e se reconhece determina o olhar lançado sobre o outro”, e que, com a herança colonial, a população angolana se (re)configurou, influenciando a alteração das estruturas sociais e a forma como o “angolano” se reconhece. De acordo com Silva (2018), no que se refere ao racismo institucionalizado em Angola, o autor argumenta que esse fenômeno constitui mais um dos

traços deixados pelo colonialismo português no território angolano, materializado por meio de dispositivos administrativos e políticos, cujos efeitos se refletem na dimensão social associada à cor da pele, perceptíveis ainda na realidade atual, embora sob formas distintas daquelas vigentes durante o período colonial. Uma das expressões dessa desigualdade na sociedade angolana reside no fato de que o branco estrangeiro tende a receber salários mais elevados do que o trabalhador nacional, que auferia rendimentos menores, situação frequentemente interpretada como herança de uma lógica colonial que associa o branco a uma suposta superioridade em diferentes esferas de atuação.

Para o sociólogo Paulo de Carvalho, citado por Henriques (2015), ao referir-se aos negros angolanos, utiliza a expressão “grupos majoritários”, enquanto, em relação aos indivíduos brancos, emprega o termo “grupo minoritário”. Segundo esse autor, não haveria racismo institucional na sociedade angolana, em contraposição ao argumento de Agostinho sobre a existência de racismo institucionalizado no país. Para Carvalho, a legislação angolana não legitima práticas racistas, uma vez que os grupos étnico-raciais não estariam formalmente submetidos a situações de discriminação. Nessa perspectiva, só seria possível afirmar a existência de racismo em Angola quando houvesse planejamento e execução de práticas discriminatórias explícitas com base em critérios raciais.

## CONCLUSÃO

Portanto, a desigualdade social em Angola é resultado da longa história de colonização e exploração de riquezas do país. A estratificação econômica, sociocultural e política da comunidade angolana é reflexo desse processo colonial, que continua a impactar a sociedade até os dias atuais. Durante séculos, os angolanos enfrentaram discriminação e marginalização por parte dos colonizadores portugueses. Esses impactos persistem na contemporaneidade, refletindo-se em desigualdades sociais, econômicas e na discriminação racial. Apesar de o racismo não estar mais institucionalizado em Angola, ainda existem focos de discriminação racial com o objetivo de obter benefícios econômicos, políticos e sociais. É importante reconhecer e combater essas questões para promover uma sociedade mais justa e igualitária em Angola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Bartolomeu José Epalanga. **O olhar e a percepção de jovens estudantes sobre o racismo “oculto” na sociedade angolana.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

AGOSTINHO, Bartolomeu José Epalanga. **Racismo estrutural e (neo)colonização: uma análise sobre a identidade cultural em Angola a partir da epistemologia afrocêntrica.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

CARVALHO, Paulo. Racismo enquanto teoria e prática Social. In JESUS, Jaqueline de. Et al. **O que é racismo? Cadernos de ciências sociais.** Lisboa: Escolar Editora, 2004. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DJOKIC, Aline. **Colorismo: o que é, como funciona.** São Paulo: Rev. Portal Geledés. 2015.

DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro.** Tradução de Alexandre Boide. Ilustração de Luciano Feijão. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Veneta, 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra e Máscaras Brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador. EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. “Aula de 17 de março de 1976”. In: **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **ANGOLA "Houve independência mas não descolonização das mentes".** Lisboa: Acervo Público, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português: O lado esquecido do colonialismo.** 1o ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2017.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada.** Portugal: Edições Pedagogo- LDA, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos.** São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB.** Niterói: EDUFF, 2004. p. 17-34.

MUONDO, Daniel Luciano; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. A educação pelos direitos humanos em Angola e a questão étnico-racial. **Revista Humanidades & Inovação,** Palmas, v. 8, n. 52, p. 176-188, 2021.

PINTO, João Paulo Henrique. **A identidade nacional angolana - definição, construção e usos políticos.** Dissertação – (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

---

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI em Revista**, v. 4, n. 5, p. 1-15, 2018.

### **OUTRAS REFERÊNCIAS**

JAMBA, Sousa. **O racismo em Angola**. Luanda: AngoNotícias, Seminário Angolense. 2004. Disponível em: <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/553/o-racismo-em-angola>.

MCK, Rapper. **Na fila do banco**. YouTube, 18 de dezembro de 2011. 4min34s.

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=fCIlok11Www&ab\\_channel=Angolaunderground](https://www.youtube.com/watch?v=fCIlok11Www&ab_channel=Angolaunderground). Acesso em: 19 out. 2023.

NOVO JORNAL. **Clarear o fenômeno do momento**: É um fenômeno que não é, de todo, novo entre nós. Dia 26 de Agosto de 2015.

Disponível em: <https://novojournal.co.ao/reportagem/detalhe/clarear-o-fenomeno-do-momento-7801.html>. Acesso em 27 de nov. 2023.

YANNICK, Afroman. **Musica realista**. YouTube, 2010. 6min41s.

Disponível em: <https://genius.com/Yannick-afroman-realista-lyrics>. Acesso em: 19 out. 2023.

Recebido em: 05/12/2024

Aprovado em: 13/05/2025